

## Índice

Contra as notícias falsas, meios jornalísticos sérios .....	1
"Causa da dor? O analgésico" .....	2
Imigrantes na escola: com piores notas mas mais motivados .....	3
"El tiempo regalado" .....	4
"Todo o Dinheiro do Mundo" .....	4

## Contra as notícias falsas, meios jornalísticos sérios

O fenómeno das *fake news* está a causar uma preocupação crescente, enquanto as grandes empresas da Internet não arranjam soluções prometedoras. Diante deste panorama, a União Europeia reuniu um grupo de especialistas para estudá-lo. As suas conclusões são claras: deve-se trabalhar pela educação dos cidadãos e apoiar o jornalismo sério.

Quem disse "a verdade triunfará" não sabia como se propagam as *fake news*. Em março passado, em Espanha, viveu-se o processo completo: desde a construção da notícia até à sua difusão pelas redes sociais e as suas consequências na rua. Foi o caso de um vendedor ambulante de origem senegalesa, Mame Mbaye, que sofreu um ataque de epilepsia no bairro madrileno de Lavapiés. Dois polícias municipais acorreram a atendê-lo após aviso de um seu acompanhante, e ligaram para os serviços médicos de emergência. Todavia, apesar dos trabalhos de reanimação desses e de outros agentes, Mbaye morreu de paragem cardíaca.

Em pouco tempo, começou a correr nas redes sociais uma versão dos factos que assegurava ter Mbaye falecido por causa de uma perseguição policial. Alguns grupos protagonizaram distúrbios: enfrentaram a polícia, lançaram pedras, queimaram contentores, saquearam algumas sucursais bancárias... A noite terminou com uma vintena de feridos. No dia seguinte, a informação verificada começou a surgir: todos os distúrbios tiveram origem numa notícia falsa.

Um [estudo sobre o Twitter](#), realizado por investigadores do MIT e publicado pela revista "Science" ("The spread of true and false news online", 9.3.2018), descobriu que, em média, as informações falsas recebem 70 % mais retweets do que as verdadeiras. E não apenas chegam mais longe, como também mais rápido: a informação verdadeira leva 6 vezes mais tempo a chegar ao mesmo número de pessoas do que as notícias falsas. Os embustes propagam-se como um vírus, especialmente se forem de tema político, onde as mentiras chegam a mais de 20 000 pessoas a uma velocidade quase três vezes maior do que o resto de informação falsa. As consequências são graves: as notícias falsas disseminam a ignorância e fomentam a polarização, a radicalização e o extremismo naqueles que as leem e as difundem.

Até agora, as propostas por parte das plataformas para resolver o assunto não parecem muito prometedoras: o [Facebook anunciou](#) que marcaria como "discutida por terceiros" aquelas notícias que tivessem sido revistas e anteriormente catalogadas como falsas por outras organizações; contudo, não irá financiar aqueles que se dediquem a fazer estas catalogações. O [YouTube vai colocar](#) um *link* na Wikipédia sobre aqueles vídeos com teorias da conspiração. Mas estes esforços parecem débeis tentativas diante da força esmagadora das *fake news*.

A Comissão Europeia está a estudar o modo de enfrentar o problema das notícias falsas de uma maneira eficaz e, para isso, iniciou um processo de consultas com todas as partes interessadas: plataformas tecnológicas, meios de comunicação, sociedade civil... De momento, inclina-se para evitar soluções drásticas, consciente de que as multas podem ter efeitos adversos: a retirada de publicações "duvidosas", por

exemplo, poderia dar origem à censura e ameaçaria a liberdade de expressão.

Nesta mesma linha se manifesta o [relatório](#) (12.3.2018) de um grupo de peritos convocado pela Comissão para estudar este assunto. O documento recebe a adoção das soluções simplistas: a censura, seja pública ou privada, deve ser evitada. E advoga, pelo contrário, medidas voluntárias, como “criar uma coligação contra a desinformação que elabore um código de boas práticas para plataformas digitais, jornalistas e poderes públicos”.

A proposta que mais chamou a atenção é a de ajudar os meios de comunicação que trabalham com rigor jornalístico. Na sua opinião, o modo como se deve prestar esse apoio não é através de subsídios diretos – que podem ser entendidos como intromissões na linha editorial – mas com outro tipo de ajudas, como a isenção de IVA nalgumas atividades jornalísticas (inovação, formação, etc.).

O relatório também aposta na educação dos cidadãos, de maneira que consigam distinguir entre a informação verdadeira e a falsa. Esta tarefa, embora mais lenta e árdua, é talvez o melhor antídoto contra as ameaças que a desinformação representa para a democracia. De qualquer forma, as medidas da Comissão devem ser dirigidas para procurar respostas a longo prazo de modo a aumentar a resistência social contra as notícias falsas, e criar um quadro que assegure uma eficaz resposta para o problema.

Fica claro que não bastam “marcadores” nem caixas da Wikipédia: é necessário fazer uma abordagem multidisciplinar e profunda, que integre todos os setores da sociedade e enfrente o problema a partir das suas causas. Assim o recomendam igualmente vários investigadores num [comentário ao estudo da “Science”](#): (“The science of fake news”, 9.3.2018): “Temos que redefinir o nosso ecossistema da informação no século XXI e responder a uma pergunta fundamental: como podemos criar uma cultura da informação que valorize e promova a verdade?”.

C. C.

## “Causa da dor? O analgésico”

Costuma aconselhar-se que “quando as barbas do nosso vizinho estão a arder...”, tomamos nota e atuamos para evitar que nos suceda o mesmo, e no tema da dependência dos opioides, os EUA voltaram a ser nos últimos anos o “vizinho” para o qual se deve olhar de modo a aprender justamente aquilo que não se deve fazer.

Os números que chegam desse país dão para falar de uma verdadeira epidemia, segundo reconheceu a Casa Branca. Só em 2016, os episódios de sobredose de drogas causaram mais de 63 000 falecimentos, dos quais mais de 42 200 se deveram ao consumo de opioides em geral, e 14 635 a opioides de prescrição. [Tais substâncias](#) são a causa de em cada dia deixarem de respirar 115 norte-americanos, mas na base do fenómeno está a grande ligeireza com que os médicos desse país têm estado a receitar fármacos opiáceos: se em 1992 prescreveram 112 milhões de receitas, duas décadas depois já assinaram 282 milhões.

Parte do problema reside no facto de se estarem a receitar alguns opioides para aliviar dores que, na realidade, podem ser atenuadas com analgésicos de um potencial dependente muito menor. Depois, quando o médico se propõe retirá-los, não o pode fazer, pois o doente criou, além de uma dependência física, uma de cariz psicológica: já não os toma para mitigar uma dor, mas para estar tranquilo ou para dormir, que não é aquilo para que foram concebidos.

Números oficiais desse país, citados no [“Guía de consenso para el buen uso de los analgésicos opioides”](#), da sociedade científica Socidrogalcohol, revelam que, entre 1999 e 2010, a venda de fármacos opioides aumentou 14 vezes nos EUA, e que, em 2015, se podia falar de entre 8 % e 12 % dos seus cidadãos “viciados” nestes medicamentos.

Na [Europa](#), de momento, os números são um pouco menores. Com 2013 como ano base, o “Guía” atrás referido cita um estudo que determina a prevalência do uso indevido de opioides de prescrição no ano anterior na Alemanha, Dinamarca, Reino Unido, Suécia e Espanha. Se o primeiro país tem um índice de 2,9 % da sua população neste caso, o último “ganha” largamente, com 6,8 % de espanhóis que tomam esses fármacos de maneira inadequada.

Se hoje se prescrevem mais do que antes é, em parte, devido à mudança de critério da OMS, mas também por causa do poderoso trabalho de *marketing* dos laboratórios, por causa de certa alteração da ótica social relativamente à dor – “cada vez aguentamos menos o sofrimento” – e devido às inexatidões sobre o seu potencial de dependência.

A ficha técnica do tramadol, por exemplo, refere que tem “um potencial de dependência baixo. “Quando se fala de potencial de dependência muito baixo, “há que ter em conta que os estudos para o avaliar são feitos com um acompanhamento de seis meses, não mais. E há doentes que passam anos a tomá-lo; aí, evidentemente, o potencial de dependência aumenta”.

Do exposto deduz-se que não existe uma adequada perceção do perigo destes analgésicos, não já por parte dos doentes, mas dos médicos. O risco mais comum deste descontrolo? Uma espécie de “vêm aí os lobos!”: à força de utilizá-lo para dores ou mal-estares que se aliviarão perfeitamente com outros fármacos, chegado o momento de utilizar o opioide para atacar episódios mais severos, este pode não funcionar nas doses recomendáveis, pelo que o doente se vê tentado a

aumentá-las e potencializar ainda mais, de passagem, o risco de sobredose.

Igualmente, foi constatado que os doentes não oncológicos que estiveram sob tratamento a longo prazo com opioides, podem desenvolver um aumento da sensibilidade perante dores que antes tolerariam sem maior dificuldade, e também podem manifestar essa hiper-reação antes da retirada do medicamento.

L. L.

## Imigrantes na escola: com piores notas mas mais motivados

Com os dados recolhidos dos jovens de 15 anos que fizeram os testes PISA em 2015, um relatório recente da OCDE ("[The Resilience of Students with an Immigrant Background](#)") estima em cerca de 25 %, para o conjunto dos países da Organização, a percentagem de alunos dessa idade que são imigrantes, ou em que o são os seus pais (um deles pelo menos).

A percentagem de tais alunos subiu 6 pontos percentuais de 2003 para 2015. Os que mais aumentaram são os imigrantes de segunda geração, que representam metade do crescimento total.

Para ver como tem sido a sua vida na escola, o relatório não considera apenas os resultados académicos. Utiliza, além disso, outros quatro indicadores de integração e bem-estar: sentido de pertença à escola, satisfação geral com a vida que têm, grau de ansiedade pelos deveres escolares e o grau de exigência na escola, e motivação para estudar.

Em geral, os alunos imigrantes ou com ascendência imigrante têm piores notas, sobretudo os nascidos no estrangeiro: 58 % deles não conseguem alcançar o nível mínimo de conhecimentos para o seu curso, contra 28 % dos companheiros nacionais.

Nos três indicadores seguintes, a diferença é menor. E no quinto (motivação) ganham os imigrantes, sendo que os do Reino Unido estão mais motivados do que os de qualquer outro país. Também se destacam no Canadá e na Holanda. Israel e México são os únicos países onde se encontram menos motivados do que os nacionais. A Espanha, por exemplo, situa-se na média da OCDE em todos os indicadores, com exceção do sentido de pertença à escola, que é muito baixo.

O relatório sublinha também a importância de integrar quanto antes os alunos de origem estrangeira no ensino, de preferência na fase pré-escolar, e de avaliar desde o início o seu domínio do idioma.

Além disso, levanta-se a pergunta de como os distribuir: se a integração será facilitada com a dispersão. Certamente, afirma-se, as escolas com elevada concentração de imigrantes apresentam piores resultados. Ora, se se descontar o efeito do nível socioeconómico, a diferença quase desaparece. Ou seja, o problema dessas escolas não se deve principalmente a terem muitos estudantes de ascendência imigrante, mas ao facto de terem muitos socioeconomicamente desfavorecidos, entre eles imigrantes.

Aos imigrantes acontece, como aos nacionais do mesmo estrato social, que vão, em geral, para escolas de pior qualidade. A concentração de tais jovens nesses centros é reflexo da que se processa nos bairros onde vivem. É um problema geral e prévio de [segregação social](#), que a chegada de imigrantes reforça.

Para o minimizar, afirma o relatório, é de aplicar diversas medidas. Uma é que as autoridades educativas fixem uma distribuição mais equitativa de alunos imigrantes, como algumas zonas da Dinamarca. Esta é praticamente a única opção para absorver um súbito fluxo de jovens chegados recentemente que a princípio necessitam de muita atenção especial, sobretudo se não falam bem o idioma. Mas noutras situações, a integração imposta de tais alunos em escolas onde não havia pode ser problemática.

Pode verificar-se ser melhor o estímulo de uma distribuição voluntária. Uma maneira de fazê-lo é procurar dar aos pais imigrantes informação para que escolham a escola, em vez de se deslocarem à partida para a do bairro. Mas, como anota o relatório, são as famílias de maiores rendimentos as mais interessadas em escolher; por isso, outro bom sistema é procurar reter e atrair estudantes mais favorecidos em escolas para onde vão imigrantes, como fazem na Bélgica flamenga. Para isso, é importante torná-las atrativas às famílias mais favorecidas. Por último, na parte da Bélgica de língua francesa são dados incentivos nas escolas para admitirem imigrantes.

Em todo o caso, seria ingenuidade pensar que esses alunos não dão problemas. Mas a maioria dos países da OCDE necessita do contributo da população imigrante, e os que chegam em idade escolar são os que mais possibilidades têm de se integrar.

R. S.

## “El tiempo regalado”

“Lange Weile.”

Autor: Andrea Köhler  
Libros del Asteroide. Barcelona (2018)  
168 págs.  
Tradução (castelhano):  
Cristina García Ohlrich

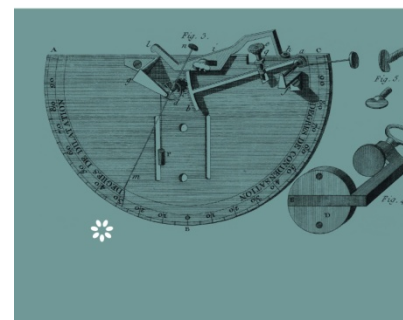
“Esperar é uma chatice. E, no entanto, é a única coisa que nos faz experimentar a passagem do tempo e das suas promessas”. Assim começa a escritora e jornalista alemã Andrea Köhler este breve ensaio sobre o tempo oferecido, esse que nos foi dado entre o nascimento e a morte para acompanharmos o que se for passando. Não é a mesma coisa esperar do que ter esperança; enquanto a esperança está do lado do futuro, a espera está presa ao instante. Este viver o tempo no condicional gerou o paradoxo mais conhecido da nossa época: a abundância de falta de tempo. Não obstante, defende Köhler, enquanto nos restar a espera, a nossa existência terá uma direção e uma meta.

A autora ensaia diversas formas de espera e de viver esse tempo oferecido. Faz uma fina fenomenologia do monólogo da espera com as suas diversas fases: da espera do amante, que mostra a sua debilidade sendo pontual, porque “o que espera é o que mais ama”; do efeito desmoralizador das salas de espera públicas, pois quem nos faz esperar prende-nos a um lugar; do aborrecimento, esse bater do tempo em si mesmo, que chega quando já nem sequer sabemos o que esperamos; da espera do príncipe encantado, fantasia que ainda sobrevive na imprensa cor-de-rosa; da espera criativa diante da página em branco, esse “titubear antes do nascimento” de que falava Kafka, que convida a que compareçam as musas; do tempo do lazer, o qual não é nem um fazer nem um deixar de fazer e onde somente há lugar a ser; do sonho, a pausa mais misteriosa da nossa vida, que nos faz ensaiar em cada noite a espera da que certo dia não despertaremos.

Andrea Köhler faz notar que o grande fracasso da sociedade tecnológica é que, apesar de ter encurtado os tempos de espera, não os eliminou. Assim, existe o paradoxo de com cada poupança de tempo crescer a falta de tempo, pois, como dizia Maurice Blanchot, “ao tempo falta sempre tempo”. Esse é o estado da espera, e essa a razão de a paciência se ter erigido na virtude cardeal da nossa sociedade de serviços. Por pura sobrevivência, parte do nosso equipamento sensorial adaptou-se ao tempo acelerado em que vivemos, mas também por pura sobrevivência os sentimentos conservam a sua lentidão e constituem o antiquíssimo inventário que nos serve de bússola num mundo que esqueceu que não se pode apressar o trigo.

O livro “El tiempo regalado” é um ensaio literário delicado e sugestivo. O primeiro revela-se pela sua escrita cuidada; o segundo, pelo seu estilo alusivo, cheio de referências literárias, que nos acompanha até nos deixar perante o abismo da especulação filosófica, aí onde aparecem as perguntas essenciais sobre temporalidade e onde nos interrogamos sobre se não será a espera um transcendental humano. As reflexões filosóficas às quais nos convida a autora são traçadas no Epílogo, assinado pelo filósofo Gregorio Luri, onde dá corpo a algumas sugestões, como a relação entre consciência, sensibilidade, o desejo e a espera.

C. G.



## “Todo o Dinheiro do Mundo”

“All the money in the world”

Realizador: Ridley Scott  
Atores: Christopher Plummer; Michelle Williams  
Duração: 130 min.  
Ano: 2017

Em 1973, um dos homens mais ricos nessa época, Jean Paul Getty, vê o seu neto preferido, John Paul Getty III, ser raptado com 16 anos, em Roma. É pedido um elevado resgate, mas Getty recusa ceder um pouco da sua fortuna durante as

negociações. Nomeia um homem da sua confiança para ir até Itália e tentar salvar o neto, mas não quer cooperar com a mãe do rapaz. A senhora casara com o seu filho embora o casamento não viesse a correr bem, pois o marido caíra em vários vícios graças ao muito dinheiro que tinha à mão. No entanto, ela procurara educar bem os filhos e será o elo de ligação entre a polícia e os raptos, lutando pela libertação do filho. À medida que a situação dele piora, a mãe consegue que Getty ceda, quando vê uma prova real de que os raptos não hesitariam em matar o neto. Entretanto, durante as negociações, elementos de ambos os lados vão estabelecendo laços de afinidade e constataam que há problemas idênticos nos dois campos. Um dos guardas do rapaz acabará até por se dar bem com ele, o que será decisivo... Há coisas que o dinheiro não compra e não sabe avaliar...

No final desta história real, o filme revela ainda como uma sucessão indefinida à frente dos negócios, pode originar uma reviravolta a um império económico...

### Tópicos de análise:

1. A eficácia das negociações cresce com o contacto pessoal.
2. Saber ler bem os sinais revela o limite de um "preço" a pagar.
3. Uma sucessão não se impõe: prepara-se com os envolvidos.

### [Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins  
Professor da AESE

